



OS *RANKINGS* COMO MANIFESTAÇÕES DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO CONTEXTO DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Eixo temático: 3 - Práticas de avaliação, indicadores, performatividade, novo perfil dos estudantes e dinâmica de tomadas de decisões pelas instituições.

Laiza Abreu Prazeres, Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), e-mail: laipzrs@gmail.com

Kallyne Kafuri Alves, Doutora em Educação. Professora titular FAMES e Professora PPGEUEMA. kallyne.alves@fames.es.gov.br

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar de que maneira a crescente orientação neoliberal da educação superior contribui para fortalecer a cultura de *rankings*. Cultura esta que promove a divulgação de resultados, indicadores e avaliações mais preocupadas com aspectos quantitativos do que qualitativos nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. Para tanto, serão abordados alguns elementos que consideramos de essencial análise para o cumprimento do objetivo, como os conceitos de neoliberalismo, qualidade e função da educação superior, avaliação e ranqueamento.

A metodologia utilizada para a consecução destes fins foi a pesquisa bibliográfica e documental, com estudo das legislações e publicações correlatas ao tema. Parte das reflexões aqui trazidas constituem recorte de dissertação de Mestrado Profissional em Educação e, ainda que trazidas de outro trabalho, constituem apenas breves elementos que sustentam análises e objetivos inéditos. Cabe também ressaltar o estofo crítico criado pela atuação junto à Rede Universitas, que subsidia um olhar cuidadoso e questionador sobre a realidade.

A educação é um campo de disputas

Desde a concepção, o neoliberalismo mostrou-se mais como um campo de debate do que como conceito rodeado de consenso. Do Colóquio Walter Lippmann (1938) e da primeira reunião da Sociedade de Mont Pèlerin (1947) passando por outros



movimentos e obras ao longo do século XX, seus partidários concordavam com a utopia de livre mercado e rejeição à intervenção estatal, contudo não convergiam nas ideias sobre o papel legítimo do Estado e outras diretrizes econômicas (Andrade, 2019, p. 211). Uma roupagem polêmica sobre o termo neoliberalismo desenhou-se em 1978 com as reformas liberalizantes de Pinochet no Chile, tornando o conceito mais frequentemente usado por seus críticos em tom pejorativo como sinônimo de desregulamentação de mercados, privatização e desmonte do Estado de bem-estar social. Já na década de 1990, passou a designar um modelo de política econômica cercado de amplos fenômenos políticos, ideológicos e culturais, difundindo-se nos movimentos sociais e de lutas anticapitalistas, deixando de ser apenas um debate entre economistas (Andrade, 2019, p. 212).

A partir dos anos 2000, houve uma requalificação acadêmica em torno do neoliberalismo e suas polêmicas, com uma busca por definições mais precisas empreendida por cientistas sociais de diferentes áreas. A renovação deste debate trouxe contribuições de autores como Bourdieu, Foucault, Dardot e Laval que enfatizaram para além dos aspectos políticos, que os sujeitos e as subjetividades foram “comprometidas com a competitividade e a concorrência empresarial estendidas a todas as esferas sociais, incluindo as universidades e as escolas” (Fernandes e Gomes, 2025, p.6). Por consequência, o elemento regulador do mercado na figura da “livre concorrência” tornou-se um instrumento de controle de toda a sociedade. O neoliberalismo deixou de ser um campo de discussão meramente econômico e político, e passou a ser debatido também em seus enlaces sociais, com toda a gama complexa de nuances que daí derivam, neste trabalho com destaque para a educação.

Nesse cenário, Dias Sobrinho (2008, p. 194) aponta a correlação entre a avaliação e os papéis centrais da educação superior. Admite, assim, a polissemia existente em torno do processo avaliativo, e as ideologias e conflitos de valores e interesses em torno desses conceitos, afirmando que “a finalidade central da educação superior, ainda que não exclusiva e admitindo muitas limitações, é a formação para a vida em sociedade” (Dias Sobrinho, 2008, p. 195). A partir deste conceito, entendemos que a consolidação da



cidadania e a construção de uma sociedade democrática, passam por dinâmicas fragilizadas ao longo da história brasileira.

Com este referencial, observamos que diferenças ideológicas e conflitos no contexto do papel social da educação interferem profunda e diretamente na compreensão do papel da avaliação, pois “nenhuma avaliação é neutra, tampouco nenhuma concepção de educação superior se isenta de visões de mundo e ideias de sociedade ideal” (Dias Sobrinho, 2004, p. 705). Isto gera mudanças no caráter e objetivos da avaliação, que a constituem como fenômeno político. Soma-se a esta trajetória, a ética e a metodologia no uso de recursos públicos voltando-se a projetos, instituições e programas de amplos interesses, inclusive internacionais. Dias Sobrinho (2004, p. 723) aponta que foi assim que a avaliação adotou dois paradigmas básicos – a avaliação regulatória e a avaliação formativa – que, à primeira vista podem parecer excludentes entre si, mas demonstram-se complementares apesar de contraditórios. O primeiro dedica-se ao controle, seu objetivo é a verificação e a medida da conformidade. Já o outro propõe a avaliação como atribuição de valor e produção de sentido, questionando o significado das ações e ideias.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), como sistema de avaliação atualmente vigente desde 2004 no Brasil, coloca a qualidade no cerne de sua conduta, ao trazer no art. 1º, §1º da Lei nº 10.861/2004 como finalidade de sua atuação a melhoria da qualidade da educação superior. Dessa forma, busca o incremento desta por meio de ações institucionalmente definidas. Assim como o conceito de avaliação, o termo qualidade também é polissêmico. Encontra oscilações conforme o paradigma de análise. A partir de Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 9) entendemos que a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente e multidimensional ao sobrepassar o mero reconhecimento das quantidades mínimas de insumos tidos como indispensáveis ao processo ensino-aprendizagem. Já sob a ótica objetivista e quantitativa, Dias Sobrinho (2004, p. 715), conceitua a qualidade como os “padrões de coerência e medida de desvios ou distâncias entre o que é e o que deveria ser”, numa concepção que enfatiza os aspectos mais voltados à produção e expectativas econômicas, relativo ao que é quantificável.



Diante dos conceitos apresentados, somados à crítica da ótica objetivista, podemos considerar que o neoliberalismo atua de variadas maneiras sobre os aspectos formativos da educação e da avaliação, buscando esvaziá-la de sentido e construção crítica enquanto a preenche com preceitos meramente econômicos. Contribui, assim, com o avanço de sua mercantilização, como nos inspiram a pensar Fernandes e Gomes (2025, p. 4) quando apontam que “a mercantilização da educação superior tem sido compreendida como um processo de transformação da educação em mercadoria manipulada de acordo com seu valor de troca a serviço da acumulação de capital”.

Barreyro, Santos e Ferreira (2021, p. 824) afirmam que, apesar das primeiras experiências de ranqueamento de universidades datarem do final do século XIX, foi só a partir de 2003 que se tornaram internacionais a comparação, classificação e ordenamento das instituições. Neste contexto é que podemos mencionar os *rankings* acadêmicos ou universitários como “tabelas de classificação ordenada de instituições de educação superior, conforme o seu desempenho, medido através de critérios definidos pelos elaboradores de cada publicação” (Barreyro, Santos e Ferreira, 2021, p. 824).

Por isso, ponderamos que, no âmbito das propostas em 2004, o Sinaes tomou prevalência sobre a avaliação institucional mais orientada a práticas formativas. Mas, em 2008, o Ministério da Educação (MEC) implantou através da Portaria Normativa nº4 de 6 de agosto de 2008 a regulamentação e aplicação do Conceito Preliminar de Curso (CPC) no ciclo avaliativo. Sequencialmente, através da Portaria Normativa nº 12 de 5 de setembro de 2008, o MEC criou o Índice Geral de Cursos, do qual o CPC integra a composição, e concomitantemente amplificou o peso do resultado do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), o que demonstrou uma movimentação do Sinaes rumo a práticas avaliativas mais quantitativas e regulatórias.

Observamos outras manifestações desta cultura do ranqueamento na trajetória da educação brasileira, como o PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras) e o *Provão*, que já reverberam em “avaliações mercadológicas



e simplificações midiáticas, mais próximos de uma visibilidade publicitária do que da verdade da avaliação da qualidade” (Barreyro, 2008, p. 867).

Por outro lado, Martins (2025, p.2) coloca que a cultura de ranqueamento no Brasil se fortaleceu com a criação de variadas tabelas classificatórias, elaboradas tanto por entes públicos quanto privados. Afirmar também que apesar das ferrenhas críticas que sofrem pelos estudiosos da área da educação, esses *rankings* ganharam notoriedade pela maneira simplificada com que se organizam e por terem se tornado instrumentos que subsidiam a tomada de decisão de famílias e estudantes que buscam informações sobre a qualidade das instituições em que pretendem estudar. Entendemos que esta discussão agrega elementos muito importantes para a pesquisa e carece de discussões sobre seus impactos na educação. Passamos às considerações finais, no intuito de partilhar reflexões e mover o debate sobre o impacto do ranqueamento gerado pelo Sinaes nas IES públicas brasileiras.

Considerações finais

Ao tecer correlações entre neoliberalismo, qualidade e função da avaliação na educação superior, observamos como a cultura do ranqueamento tem se constituído e se firmado, cada vez mais, na educação pública brasileira. Como artifício e combustível ideológico de disputas políticas e econômicas na sociedade, a visão da educação como sujeita às dinâmicas de mercado reforça práticas neoliberais e intensifica o enfraquecimento dos pressupostos de cidadania e formação crítica e autônoma dos indivíduos. Com isso, refletimos que a cultura do ranqueamento se desenvolve com a partilha de indicadores, *rankings* de resultados da avaliação nas IES brasileiras e é incentivada pela mídia. Essa naturalização demonstra a visão mercadológica da educação pública na sociedade, que fortalece a prevalência de políticas neoliberais enquanto fragiliza a avaliação em seus aspectos formativos.

Referências bibliográficas



ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *In: Revista Sociedade e Estado* – Volume 34, Número 1, Janeiro/Abril 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009> Acesso em 27 abr. 2026.

BARREYRO, Gladys Beatriz. De exames, rankings e mídia. *In: Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 863-868, nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000300017> Acesso em 19 abr. 2026.

BARREYRO, Gladys Beatriz; SANTOS, Poliana Pereira dos; FERREIRA, Flávio Batista. Rankings acadêmicos internacionais nas mídias de duas universidades de pesquisa brasileiras. *In: Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 26, n. 03, p. 822-844, nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000300010> Acesso em 19 abr. 2026.

BRASIL. Lei nº 10.861/04 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**: Brasília, DF, p. 3, 15 de abr. 2004.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?. *In: Educação e Sociedade Revista de Ciências e Educação*. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 703-725, Especial - Out. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000300004> Acesso em 23 mai. 2025.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. *In: Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior* (Campinas), 13(1), 193–207, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772008000100011>. Acesso em 25 mai. 2025.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de A. **A qualidade da Educação**: conceitos e definições. Brasília: INEP, 2007.

FERNANDES, Alex de Oliveira. GOMES, Suzana dos Santos. Das intenções formativas do Sinaes à racionalidade neoliberal da concorrência. *In: Educ. Soc.*, Campinas, v. 46, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.282340> Acesso em 19 abr. 2026.

MARTINS, Edivaldo Cesar Camarotti. Rankings acadêmicos da educação superior: mapeamento da literatura científica brasileira (2017-2022). *In: Avaliação*. (Campinas, Sorocaba, online), v. 30, e025023, 2025. Disponível em : <http://dx.doi.org/10.1590/1982-57652024v29id291385> Acesso em 19 abr. 2026.